

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

LUCAS TENÓRIO DO NASCIMENTO

**OS DESAFIOS DA ADAPTAÇÃO AS NORMAS DA CONTABILIDADE PÚBLICA:
UM ESTUDO DE CASO DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO
ESTADO DE ALAGOAS**

Maceió/AL
2024

LUCAS TENÓRIO DO NASCIMENTO

**OS DESAFIOS DA ADAPTAÇÃO AS NORMAS DA CONTABILIDADE PÚBLICA:
UM ESTUDO DE CASO DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO
ESTADO DE ALAGOAS**

Trabalho conclusão de curso, apresentada à
Coordenação do Curso de Contabilidade como
requisito parcial para obtenção do grau de
Bacharel em Contabilidade. Orientador(a):
Prof.(a) Dr.

**Maceió/AL
2024**

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário: Sâmela Rouse de Brito Silva – CRB-4 – 6023

N244d Nascimento, Lucas Tenório do.

Os desafios da adaptação as normas da contabilidade pública: um estudo de caso do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Alagoas / Lucas Tenório do Nascimento. - 2024.
42 f. : il.

Orientadora: Marcia Adriana Magalhães Omena.
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Maceió, 2024.

Bibliografia: f. 33-35.
Apêndice: f. 37-42.

1. Contabilidade pública. 2. Administração pública. 3. Departamento de Estradas de Rodagem (DER). I. Título.

CDU: 657.3

FOLHA DE APROVAÇÃO

LUCAS TENÓRIO DO NASCIMENTO

**OS DESAFIOS DA ADAPTAÇÃO AS NORMAS DA CONTABILIDADE
PÚBLICA: UM ESTUDO DE CASO DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE
RODAGEM DO ESTADO DE ALAGOAS**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Ciências
Contábeis da Universidade Federal de
Alagoas, como requisito parcial para a
obtenção do título de Bacharel em
Ciências Contábeis.

Aprovado em 26/11/2024

Banca Examinadora

Documento assinado digitalmente



MARCIA ADRIANA MAGALHAES OMENA

Data: 05/12/2024 10:57:02-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Msc. Márcia Adriana Magalhães Omena – Orientadora
Universidade Federal de Alagoas – UFAL

Documento assinado digitalmente



ERICA XAVIER DE SOUZA

Data: 05/12/2024 16:56:07-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Msc. Érica Xavier de Souza (1º Membro da Banca)
Universidade Federal de Alagoas – UFAL

Documento assinado digitalmente



MARLUCE ALVES DE ALMEIDA SALGUEIRO

Data: 05/12/2024 22:01:52-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Marluce Alves de Almeida Salgueiro (2º Membro da Banca).
Universidade Federal de Alagoas – UFAL

RESUMO

A Contabilidade Pública desempenha um papel no planejamento e execução de políticas públicas. Este estudo teve como objetivo geral analisar os principais desafios enfrentados pelos contadores no Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Alagoas (DER/AL). Para isso, foram definidos objetivos específicos: identificar avanços nas práticas contábeis do órgão, avaliar o impacto das inovações tecnológicas nos processos de controle financeiro e propor estratégias para aprimorar a eficiência na gestão de recursos públicos. A pesquisa utilizou o método de estudo de caso com abordagem qualitativa, complementado por entrevistas semiestruturadas realizadas com quatro profissionais do DER/AL em 9 de outubro de 2024. Uma análise dos dados, transcritos com o auxílio do software TurboScribe, revelou avanços inovadores, como a implementação de sistemas informatizados (SIAFE e SEI), que aumentaram a agilidade e a precisão contábil. Contudo, os desafios persistem, principalmente em relação à falta de pessoal qualificado e ao envelhecimento da equipe. Como contribuição, o estudo propõe estratégias para fortalecer a infraestrutura do DER/AL e capacitar seus profissionais, buscando maior alinhamento às exigências legais e normativas. As recomendações sugeridas visam melhorar a alocação e o monitoramento de recursos públicos, garantindo maior eficiência e transparência.

Palavras-Chave: Contabilidade pública, Departamento de Estradas de Rodagem, Alagoas.

ABSTRACT

Public accounting plays role in the planning and execution of public policies. The aim of this study was to analyze the main challenges faced by accountants at the Alagoas State Department of Roads and Highways (DER/AL). To this end, specific objectives were defined: to identify advances in the agency's accounting practices, to assess the impact of technological innovations on financial control processes and to propose strategies for improving efficiency in the management of public resources. The research used the qualitative case study method, complemented by semi-structured interviews with four DER/AL professionals on October 9, 2024. Data analysis, supported by TurboScribe software, revealed innovative advances, such as the implementation of computerized systems (SIAFE and SEI), which increased the agility and accuracy of accounting. However, challenges remain, especially with regard to the lack of qualified staff and an ageing workforce. As a contribution, the study proposes strategies to strengthen the DER/AL's infrastructure and train its professionals, with a view to greater alignment with legal and regulatory requirements. The recommendations suggested seek to improve the allocation and monitoring of public resources, ensuring greater efficiency.

Keywords: Public accounting. Department of Highways. Alagoas.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	6
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO E PROBLEMÁTICA	6
1.2 OBJETIVOS	8
1.3.1 Objetivos geal	8
1.3.2 Objetivos específicos	8
1.4 JUSTIFICATIVA	8
1.5 ESTRUTURA DA PESQUISA.....	9
2. REFERÊNCIAL TEÓRICO	10
2.1 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA CONTABILIDADE	10
2.1.1 Evolução contabilidade setor privado.....	11
2.1.2 Evolução contabilidade no terceiro setor.....	12
2.1.3 Evolução contabilidade pública.....	13
2.2 OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE	16
2.3 IMPACTOS DA TECNOLOGIA NA CONTABILIDADE	17
3. METODOLOGIA.....	19
4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	21
4.1 DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE ALAGOAS – DER/AL .	21
4.2 PRINCIPAIS EVOLUÇÕES, DIFICULDADES E IMPACTO DAS INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS ENFRENTADAS PELOS CONTADORES NO DER/AL	22
4.2.1 Análise da entrevista com a Oficial de Apoio Técnico do DER-AL.....	22
4.2.2 Análise da entrevista com o contador DER-AL.....	23
4.2.3 Análise da entrevista com o Supervisor de Finanças DER-AL.....	25
4.2.4 Análise com o servidor do DER-AL.....	26
4.3 PROPOSTA DE MELHORIAS E ESTRATÉGIAS PARA O APERFEIÇOAMENTO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS NO DER/AL.....	26
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	30
REFERÊNCIAS.....	32
APÊNDICES	35
APÊNDICE DAS RESPOSTAS	36

1. INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO E PROBLEMÁTICA

O setor público exige uma contabilidade específica e rigorosa, que é conhecida como Contabilidade Pública. Esse ramo da contabilidade tem como função principal registrar, controlar e demonstrar as operações realizadas pelos órgãos governamentais, assegurando a transparência, a legalidade e a eficiência na gestão dos recursos públicos (Pinho; Oliveira, Silva, 2020).

A Contabilidade Pública fornece informações essenciais para o planejamento e a execução de políticas públicas, permitindo que o governo, além de cumprir obrigações legais, melhore a qualidade dos serviços oferecidos à sociedade. Assim, torna-se uma ferramenta crucial para gestores públicos, facilitando a tomada de decisões fundamentadas na análise financeira e patrimonial dos entes públicos (Faria; Azevedo; Santos, 2022).

Além disso, também promove o controle social, visto que suas informações estão disponíveis para auditorias e consultas por parte da população e dos órgãos de controle, como Tribunais de Contas e Ministério Público. Com uma contabilidade bem estruturada, é possível monitorar o uso dos recursos, identificar possíveis irregularidades e aumentar a confiança da população na administração pública (Faria; Azevedo; Santos, 2022).

Assim, a transparência fiscal incentivada pela Contabilidade Pública contribui para uma governança mais ética e responsável, essencial em um contexto em que a sociedade exige cada vez mais responsabilidade e clareza na aplicação dos recursos públicos (Faria; Azevedo; Santos, 2022).

Nesse contexto, é um pilar essencial para a gestão financeira e administrativa do setor governamental, desempenhando um papel fundamental na transparência e na prestação de contas das atividades do Estado. No Brasil, as normas e procedimentos que regem a contabilidade pública são complexas, exigindo dos profissionais da área um conhecimento aprofundado sobre legislação, normas técnicas e a correta aplicação dos recursos públicos (Santana, 2020).

No entanto, esses desafios são amplificados em órgãos públicos específicos, como o Departamento de Estradas de Rodagem (DER), especialmente no estado de Alagoas, estudo dessa pesquisa, o qual a infraestrutura rodoviária é de vital importância para o desenvolvimento econômico e social da região (Santana, 2020).

A atuação do contador em instituições públicas, vai além do simples registro contábil, envolve a responsabilidade de garantir a conformidade com os princípios orçamentários, a correta alocação de recursos e a prestação de contas transparente à sociedade. Como o ambiente da administração pública apresenta dificuldades que diferenciam a atuação dos contadores desse setor em relação à iniciativa privada, como o controle rígido das despesas (Santana, 2020).

A necessidade de transparência, controle rigoroso dos recursos e adaptação constante às normas dos tribunais de contas impõe uma série de responsabilidades adicionais aos contadores desse setor, intensificando auditorias, reprovando contas e impondo deliberações. Essas infrações ainda comprometem a entidade, dificultando futuras parcerias e causando prejuízos à confiança da sociedade.

De outro modo, as entidades públicas que não cumprem as diversas legislações podem sofrer punições, incluindo avaliações financeiras, como suspensão de repasses de recursos federais ou estaduais e aplicação de multas administrativas previstas em leis como a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Além disso, enfrentar restrições orçamentárias, impedindo a obtenção de transferências voluntárias ou firmar contratos.

Um dos principais desafios no DER/AL envolve a rigidez no controle de despesas, com o objetivo de evitar desperdícios e promover a eficiência na gestão de recursos. No entanto, essa rigidez pode dificultar a flexibilidade necessária para lidar com imprevistos e demandas urgentes que surgem na administração pública.

Outro aspecto crítico é a necessidade de adaptação constante às normas impostas por tribunais de contas e demais órgãos fiscalizadores. A contabilidade pública é fortemente regulamentada, e o não cumprimento das normas pode resultar em sanções graves para o órgão e os profissionais envolvidos. Assim, os contadores no DER/AL enfrentam o desafio de acompanhar as mudanças normativas enquanto buscam melhorar a eficiência e a transparência da gestão pública.

É relevante que haja estudos voltados para o desenvolvimento de estratégias que auxiliem os contadores na superação desses desafios e na busca por uma atuação contábil mais eficaz e ajustada às demandas sociais e legais. Nesse sentido, surge a seguinte indagação: Como as estratégias de capacitação, modernização tecnológica enfrentados pelo Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Alagoas (DER/AL) são associadas às normas de contabilidade pública e na melhoria da eficiência no controle orçamentário e financeiro do setor?

1.2 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo geral

Analisar os principais desafios enfrentados pelos contadores do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Alagoas (DER/AL) na adequação às normas de contabilidade pública e na busca por maior eficiência no controle orçamentário e financeiro.

1.3.2 Objetivos específicos

- a) Demonstrar as principais evoluções ocorridas no órgão no que se refere à adequação às normas de contabilidade pública, à transparência na gestão de recursos, e à eficiência nos processos de controle orçamentário e financeiro;
- b) Identificar as dificuldades e limitações enfrentadas pelos contadores no DER/AL no cumprimento das exigências legais e normativas de contabilidade pública;
- c) Avaliar o impacto das inovações tecnológicas nos processos contábeis e de controle do DER/AL, com foco na melhoria da eficiência e precisão dos registros financeiros;
- d) Propor melhorias e estratégias para o aperfeiçoamento das práticas contábeis e de controle financeiro no DER/AL, visando otimizar a alocação e o monitoramento dos recursos públicos.

1.4 JUSTIFICATIVA

Este estudo justifica-se pela necessidade de abordar as dificuldades e avanços da contabilidade pública no DER/AL, visando contribuir para a melhoria da gestão dos recursos públicos. Ao identificar desafios e evoluções, busca-se propor soluções que aumentem a eficiência, a transparência e a qualidade dos serviços, reforçando a importância da contabilidade pública na promoção de uma administração ética e responsável.

No campo acadêmico, visa contribuir para a ampliação do conhecimento sobre os desafios da implementação das Normas na contabilidade pública em órgãos de infraestrutura estadual, como o Departamento de Estradas de Rodagem de Alagoas

(DER/AL). Analisar os desafios enfrentados pelos contadores e as evoluções nas práticas contábeis proporciona uma visão detalhada sobre a adequação do órgão às normas de contabilidade pública, o que pode enriquecer o referencial teórico e servir de base para futuras pesquisas sobre governança e controle financeiro no setor público.

Profissionalmente, é relevante por identificar as dificuldades e limitações práticas que os contadores encontram no DER/AL, o que pode auxiliar tanto na formação de novos contadores quanto no aprimoramento das práticas daqueles já atuantes no setor público.

A avaliação das inovações tecnológicas e das melhorias em eficiência nos processos contábeis e de controle financeiro proporciona uma visão realista dos avanços necessários, permitindo que os profissionais envolvidos desenvolvam estratégias mais eficazes e se adaptem melhor às exigências legais e administrativas.

Para a sociedade, é fundamental pois está diretamente ligada à transparência e à eficiência na gestão de recursos públicos, fatores essenciais para a confiança dos cidadãos na administração pública. Ao propor melhorias para as práticas contábeis do DER/AL, este estudo contribui para uma gestão mais responsável e uma utilização mais eficiente dos recursos destinados à infraestrutura rodoviária, promovendo maior segurança e qualidade nas estradas, o que beneficia diretamente a população e impulsiona o desenvolvimento regional.

1.5 ESTRUTURA DA PESQUISA

Este trabalho é estruturado em cinco seções, começando com uma introdução que apresenta o tema, sua relevância e contexto histórico, identificando a problemática central e estabelecendo objetivos gerais e específicos para orientar a pesquisa, além de explicar sua importância teórica e prática. O referencial teórico, na segunda seção, fundamenta-se em conceitos e teorias sobre a evolução da contabilidade nos setores privado, público e terceiro setor, além de obrigações e responsabilidades financeiras, oferecendo uma análise crítica da literatura. A terceira seção detalha a metodologia, incluindo o tipo de estudo e os métodos de coleta e análise de dados para garantir a validade dos resultados. A análise e discussão, na quarta seção, examina os achados com foco no Departamento de Estradas de Rodagem de Alagoas (DER/AL), destacando os principais desafios enfrentados. Por fim, nas considerações finais são apresentados os principais resultados, confirmando o alcance dos objetivos e ressaltando a relevância dos resultados para o contexto estudado e para a prática.

2. REFERÊNCIAL TEÓRICO

A contabilidade pública desempenha um papel crucial na gestão dos recursos do Estado, garantindo transparência e eficiência no uso de verbas públicas, especialmente em órgãos como o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Alagoas (DER/AL). Regida por normas como as NBCASP e pela Lei de Responsabilidade Fiscal, a contabilidade pública enfrenta desafios significativos, como a complexidade normativa, deficiências tecnológicas e a necessidade de capacitação contínua dos profissionais.

A modernização, impulsionada por tecnologias como o SIAFI, vem melhorando a gestão financeira e orçamentária, mas obstáculos como a coordenação entre planejamento e execução ainda afetam a eficiência dos órgãos. A evolução da contabilidade no Brasil, em específico no DER/AL, é marcada por avanços tecnológicos, mas ainda exige maior aprimoramento para garantir uma gestão pública mais eficaz e transparente. Os tópicos seguintes descrevem acerca dessa evolução, em três viés, setor privado, terceiro setor e então, o setor público, objeto do estudo.

2.1 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA CONTABILIDADE

A história da contabilidade remonta a tempos antigos, sendo uma das ciências mais antigas da humanidade. No setor privado, a contabilidade começou como uma necessidade de registrar e controlar os bens e riquezas de comerciantes e mercadores. Desde a Antiguidade, registros contábeis eram feitos em papiros, pedras ou placas de argila, o que demonstra a importância de um sistema organizado para controle financeiro e comercial (Parente, 2023).

Os primeiros registros contábeis conhecidos foram encontrados na antiga Mesopotâmia, por volta de 4000 a.C., e revelam o uso da contabilidade para o controle de estoques, principalmente de grãos e outros produtos essenciais para a economia local. Essa prática evoluiu significativamente ao longo dos séculos, com o desenvolvimento do comércio em grandes civilizações, como Egito, Grécia e Roma, onde o uso da contabilidade foi essencial para gerenciar as complexas redes de transações comerciais e financeiras (Parente, 2023).

Na Idade Média, com o crescimento das atividades comerciais na Europa, a contabilidade tornou-se ainda mais importante, levando ao surgimento de métodos mais avançados de registro. Nesse contexto, destaca-se a obra de Luca Pacioli, um monge

franciscano e matemático italiano, que em 1494 publicou o livro *Summa de Arithmetica, Geometria, Proportioni et Proportionalità*, no qual descreveu o método das partidas dobradas, considerado o marco da contabilidade moderna (Abrunhosa; Costa, 2021). Esse sistema, ainda amplamente utilizado, consiste em registrar uma transação contábil em duas contas distintas, de modo que cada débito tem um crédito correspondente.

2.1.1 Evolução contabilidade do setor privado

O setor privado passou a desenvolver seus registros com maior precisão e organização, aprimorando a capacidade dos comerciantes de controlar seus ativos e passivos de forma eficiente. O método de partidas dobradas permitiu que a contabilidade acompanhasse o desenvolvimento econômico que surgia com a ascensão das corporações mercantis e, posteriormente, das empresas industriais, e contribuiu diretamente para o estabelecimento de normas e padrões contábeis (Aantonholi; Santana; Prado, 2024).

Com a chegada do capitalismo industrial no século XIX, a contabilidade no setor privado evoluiu rapidamente, adaptando-se à complexidade das novas formas de organização econômica, como as sociedades anônimas e os grandes conglomerados empresariais. A contabilidade passou a ser essencial para avaliar o desempenho econômico das empresas e para garantir a transparência e a responsabilidade na gestão de recursos dos acionistas (Aantonholi; Santana; Prado, 2024).

Essa evolução levou à criação de regras e princípios contábeis específicos, que foram sendo formalizados com o tempo e resultaram nos atuais padrões internacionais de contabilidade, como as normas *International Financial Reporting Standards* (IFRS). No setor privado, a contabilidade tem um papel central na avaliação da performance financeira das empresas e na tomada de decisões de investimentos, permitindo que investidores, gestores e credores avaliem a saúde financeira das organizações e tomem decisões baseadas em informações contábeis confiáveis (Jesus Silva; Santos, 2022).

Segundo Eliseu Martins, renomado professor e autor brasileiro na área de contabilidade, escreve: "a contabilidade gerencial fornece informações valiosas para tomada de decisões estratégicas, garantindo a maximização dos lucros e a sustentabilidade dos negócios." (Martins, 2021, p. 15). Nessa mesma sistemática, a contabilidade gerencial concentra-se na produção de informações relevantes para a tomada de decisões internas, visando maximizar os lucros e garantir a sustentabilidade do negócio.

Além disso, a auditoria interna é uma prática comum no setor privado, ajudando a garantir a conformidade com as políticas e procedimentos estabelecidos (Martins, 2021). A tributação também é uma área importante da contabilidade no setor privado, garantindo que as empresas cumpram suas obrigações fiscais de forma eficiente.

2.1.2 Evolução contabilidade no terceiro setor

A contabilidade também se desenvolveu no terceiro setor, que compreende as organizações sem fins lucrativos, como ONGs, fundações e associações. Diferente do setor privado, onde o objetivo principal é o lucro, as entidades do terceiro setor existem para cumprir missões sociais, culturais, educacionais ou ambientais (Romoaldo; Santos, 2020).

No entanto, essas organizações ainda precisam de uma contabilidade estruturada para garantir que os recursos recebidos, em grande parte provenientes de doações, sejam aplicados de forma transparente e eficiente em suas atividades. Historicamente, o terceiro setor começou a ganhar relevância no final do século XIX e início do século XX, especialmente em países ocidentais (Romoaldo; Santos, 2020).

À medida que a sociedade civil organizada crescia, tornou-se necessário desenvolver práticas contábeis específicas para esse tipo de organização, visando garantir a prestação de contas à sociedade e aos doadores, além de atender às exigências de órgãos reguladores. Diferente da contabilidade do setor privado, a contabilidade do terceiro setor foca em demonstrar a aplicação dos recursos nas finalidades estabelecidas, sendo regida por normas específicas que garantem a transparência e a responsabilidade social das organizações (Couto, 2021).

No terceiro setor, a contabilidade é essencial para garantir a continuidade das atividades das organizações e para assegurar a confiança dos doadores e patrocinadores, que dependem de relatórios transparentes sobre o uso dos recursos. As organizações do terceiro setor enfrentam o desafio de demonstrar não apenas a aplicação correta dos recursos, mas também o impacto social de suas ações (Markioni *et al.*, 2021).

Em resposta a essas necessidades, surgiram normas e diretrizes contábeis específicas para essas entidades, que orientam desde a captação até a aplicação dos recursos. Dessa forma, a contabilidade no terceiro setor passou a desempenhar um papel fundamental na gestão de projetos e na avaliação do cumprimento das metas sociais e

ambientais estabelecidas, permitindo que essas organizações mantenham sua credibilidade e ampliem sua atuação junto à sociedade (Markioni *et al.*, 2021).

Além disso, o terceiro setor engloba organizações sem fins lucrativos, como instituições de caridade, ONGs, associações beneficentes e fundações. Não obstante, a contabilidade nesse nicho busca garantir a transparência e a prestação de contas das atividades realizadas.

A contabilidade no terceiro setor desempenha um papel vital na promoção da transparência e na eficiência na gestão dos recursos das organizações sem fins lucrativos. Ela é essencial para garantir a confiança dos doadores e a accountability das entidades do terceiro setor. (Marion, 2023, p. 25).

Para Marion (2023), ao contrário do setor privado, onde o foco está nos lucros, no terceiro setor, a ênfase está no impacto social e no cumprimento da missão da organização. A contabilidade no terceiro setor abrange áreas como contabilidade de custos, controle de doações, relatórios financeiros para doadores e prestação de contas para órgãos reguladores. Essas práticas contábeis são essenciais para garantir a eficiência na gestão dos recursos e a confiança dos interessados.

2.1.3 Evolução contabilidade pública

Assim, a contabilidade pública tem uma longa trajetória que começa na Antiguidade, quando civilizações como os egípcios e romanos desenvolveram sistemas rudimentares de controle de receitas e despesas para gerenciar os recursos do Estado. Na Roma Antiga, por exemplo, os "censores" eram responsáveis por registrar as finanças públicas e garantir a precisão dos dados financeiros (Faria; Azevedo, Santos, 2022).

Durante a Idade Média, a contabilidade pública continuou a se desenvolver com a criação de métodos mais sistemáticos para a administração dos recursos estatais. As práticas contábeis começaram a ganhar mais formalidade, refletindo a crescente complexidade das economias e das estruturas administrativas (Faria; Azevedo, Santos, 2022).

No Brasil, a contabilidade pública foi formalmente estruturada com a Lei nº 4.320/1964, que estabeleceu normas para a elaboração e controle dos orçamentos públicos, introduzindo conceitos essenciais como a execução orçamentária e a contabilidade financeira. Essa lei foi um marco que trouxe maior organização e

transparência às finanças públicas, refletindo a necessidade de modernização da administração pública.

A década de 2000 foi um período de reformas significativas com a introdução da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que estabeleceu diretrizes rigorosas para a gestão fiscal e a transparência, impondo limites para gastos e endividamento dos entes públicos. A LRF visava melhorar a responsabilidade na administração pública e promover a sustentabilidade fiscal.

Nos anos seguintes, a Lei nº 12.249/2010 e as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) foram implementadas, buscando alinhar as práticas contábeis brasileiras com padrões internacionais e promover a uniformização e a qualidade das informações contábeis no setor público.

A contabilidade no setor público tem características próprias que a diferenciam tanto do setor privado quanto do terceiro setor. Sua principal finalidade é garantir a transparência e o controle dos recursos públicos, visando o bem-estar social e o atendimento das demandas da população. O setor público precisa prestar contas à sociedade e aos órgãos de controle, como tribunais de contas e Ministério Público, o que torna a contabilidade pública um instrumento essencial para a governança e a fiscalização (Matias, 2021).

O surgimento da contabilidade pública se deu com o desenvolvimento dos primeiros Estados e civilizações organizadas, que precisavam controlar os recursos arrecadados através de impostos e tributos. Assim como no setor privado, a contabilidade pública evoluiu com o tempo, acompanhando o crescimento das funções do Estado e a necessidade de maior transparência no uso do dinheiro público (Matias, 2021).

A partir do século XX, com o aumento das responsabilidades do Estado no fornecimento de serviços públicos e no desenvolvimento econômico, a contabilidade pública ganhou ainda mais importância. Ela passou a desempenhar um papel estratégico na formulação e no controle das políticas públicas, sendo regulamentada por normas específicas que visam assegurar a legalidade, a eficiência e a transparência na gestão dos recursos públicos (Andrade, 2021).

No Brasil, a contabilidade pública é regida por uma série de leis, decretos e normas, como a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que estabelece limites e diretrizes para o gasto público, e as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), que orientam a prática contábil no setor público. Essas normas visam padronizar a contabilidade pública, facilitando a fiscalização e o controle das contas

governamentais e assegurando que os gestores atuem de forma ética e responsável (Souza; Silva, 2023).

Na administração pública, a contabilidade desempenha um papel crucial na avaliação da eficácia e da eficiência das políticas públicas, sendo também um instrumento de controle social, já que permite à sociedade acompanhar o uso dos recursos públicos. Com o avanço das tecnologias e a crescente demanda por transparência, a contabilidade pública tem se modernizado, adotando sistemas informatizados que facilitam o acesso às informações e a prestação de contas em tempo real (Souza; Silva, 2023).

A contabilidade pública, portanto, não se limita a registrar e organizar dados financeiros; ela também é fundamental para a tomada de decisões governamentais e para a promoção de uma gestão pública mais responsável e transparente. O setor público refere-se às atividades governamentais em nível federal, estadual e municipal. A contabilidade no setor público é fundamental para o registro, controle e prestação de contas dos recursos públicos. Ela visa garantir a transparência e a eficiência na gestão dos recursos do governo, bem como o cumprimento das obrigações legais e regulatórias (Matias, 2021).

A contabilidade pública é responsável por registrar e relatar todas as transações financeiras do governo, enquanto o orçamento público estabelece as diretrizes para a alocação de recursos. O controle interno é crucial para garantir a integridade e a eficácia dos processos governamentais, enquanto a prestação de contas e a auditoria governamental asseguram a transparência e a responsabilidade na gestão dos recursos públicos (Matias, 2021).

Para Matias (2021, p. 10), “A contabilidade pública é a pedra angular do sistema de controle governamental, fornecendo informações essenciais para a tomada de decisões, monitoramento e prestação de contas do uso dos recursos públicos.” Trazendo o conceito da Contabilidade Pública, mais conhecida como Contabilidade Governamental esta é conhecida como um dos ramos da contabilidade que se dedica ao estudo do Patrimônio dos entes públicos, tem como escopo a finalidade de anexar, fazer controles e explanar como finalidade a execução dos orçamentos, e atos da fazenda pública (Faria; Azevedo; Santos, 2021).

Importante trazer a baila que no ano de 1986 foi criada através do Governo Federal a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) no Ministério da Fazenda, por meio do Decreto nº. 92.452, de 10 de março de 1986. Um dos principais objetivos é promover por meio de seus avanços a conexão dos sistemas integrados fazendo melhor as programações

financeiras e executando com tecnologia de ponta, as contas públicas e orçamentárias dos setores do Governo Federal, Estadual e Municipal.

Vale lembrar que a contabilidade pública no Poder Executivo Federal tem como norte o STN:

a Secretaria do Tesouro Nacional – STN, na qualidade de órgão Central do Sistema de Contabilidade Federal, nos termos da Lei nº 10.180 de 6 de fevereiro de 2001, e do Decreto nº 3589, de 6 de setembro de 2000, vem emitindo normas gerais para padronizar procedimentos sobre a consolidação das contas públicas e apresentar entendimentos gerais sobre o processo contábil-orçamentário nos três níveis de governo. (Brasil, 1986).

A Secretaria do Tesouro Nacional, é uma área de Contabilidade responsável pela regulação, fazendo o serviço de órgão central, e por manter serviços de supervisão, fiscalização e outras competências criadas por meio de Lei (Faria.; Medeiros; Nascimento, 2023).

O estudo em questão acerca da contabilidade pública no Departamento de Estradas de Rodagem de Alagoas (DER/AL) se insere nesse contexto, buscando entender como os desafios específicos da contabilidade pública impactam a administração desse órgão e a implementação de políticas públicas de infraestrutura.

A modernização tecnológica também desempenhou um papel crucial nessa evolução. A introdução do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) e do e-Social trouxe avanços significativos, permitindo uma melhor integração e automação dos processos financeiros, aumentando a precisão e a transparência na gestão dos recursos públicos (Faria.; Medeiros; Nascimento, 2023).

Para Farias, Medeiros e Nascimento (2023), ao longo dos séculos, a contabilidade pública evoluiu de práticas rudimentares para um sistema sofisticado e regulamentado, refletindo a crescente complexidade das economias e a demanda por maior responsabilidade e eficiência na gestão dos recursos estatais.

2.2 OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE

O contador público assume uma série de responsabilidades e obrigações fundamentais para garantir a precisão, transparência e conformidade das informações contábeis. Entre suas principais funções, está a conformidade com normas e legislações, que inclui a adesão às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

(NBCASP) e às leis regulatórias, como a Lei nº 4.320/1964 e a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Além disso, o contador deve elaborar e controlar os orçamentos, assegurando que os recursos sejam alocados e utilizados conforme o planejamento, e reportar quaisquer desvios orçamentários ou irregularidades. É responsável também por manter registros contábeis precisos e atualizados, e por preparar relatórios financeiros regulares, como balanços patrimoniais e demonstrações de resultado, para a análise de órgãos de controle e da sociedade (Cabral; Oliveira; Santos, 2024).

A transparência é outra obrigação crucial; o contador deve garantir que as informações contábeis estejam acessíveis e compreensíveis para o público, prestando contas aos órgãos de controle interno e externo, como Tribunais de Contas e auditores independentes. Ele também deve implementar sistemas de controle interno para prevenir fraudes e erros, facilitando auditorias e fornecendo toda a documentação necessária para uma avaliação precisa das práticas contábeis e da gestão financeira (Visentini *et al.*, 2021).

Além das responsabilidades práticas, segundo Cabral, Oliveira e Santos (2024), o contador público deve se manter atualizado sobre mudanças nas normas contábeis e legislações fiscais, participando de treinamentos e cursos para aperfeiçoamento contínuo, desenvolvendo as competências necessárias para enfrentar as complexidades da contabilidade pública e atender às demandas da administração financeira de forma eficaz.

2.3 IMPACTOS DA TECNOLOGIA NA CONTABILIDADE

Com todas as previsões normativas e regulamentações, a contabilidade teve espaço para implementar estudos e pesquisas significantes para aprimoramento e celeridade dos serviços prestado por um profissional contabilista. Por meio desses avanços foi possível utilizar a tecnologia para a desburocratização tornando assim, a área mais democrática. Embora seja ainda uma profissão que exige muita técnica e especialização para trabalhar com Softwares e sistemas como por exemplo a Inteligência Artificial, e automação.

Os avanços trouxeram também mais segurança para melhor prestação dos serviços contábeis. Essa segurança tornou-se uma revolução em vários procedimentos de empresas e afins. Pode-se citar as notas fiscais eletrônicas, esse sistema facilitou os procedimentos contábeis não só no que tange a segurança para quem é contribuinte. Mas trouxe por outro

lado economia de tempo para registro, arquivamento e localização de documentos. Além disso, os benefícios para empresas são inúmeros: redução de custos de impressão, redução na aquisição de papel, redução em custo para envio de documentos fiscais e etc.

É sabido que a contabilidade é trabalhada com muitos relatórios que são demonstrações contábeis, sendo essa parte muito técnica. Com a automação, a inteligência artificial vem facilitando os trabalhos de forma que os Contadores conseguem relatórios mais bem estruturados com informações mais centralizadas que acabam trazendo benefícios que vão além de um excelente trabalho, como por exemplo a redução na carga horária de trabalho.

No que tange as implicações e impasses relacionados a área da contabilidade é importante trazer a tona a questão da reforma tributária que traz a reformulação dos impostos e suas formas de cobrança. As mudanças das leis relacionadas a essa temática determinam também as novas formas de cobrança e o pagamento de tributos. Outro ponto importante é os pontos que estão em votação com objetivo de tornar o sistema tributário mais transparente e simplificar o processo de arrecadação.

As PECs (Propostas de emenda Constitucional) tanto a 45/2019 da Câmara dos Deputados como a PEC 110/2019 do Senado Federal, tem o objetivo de mudar o modelo de arrecadação de tributos sobre a produção e comercialização de bens e sobre prestação de serviços que gera impacto sobre obrigações Municipais, Estaduais e Federais.

Com todo avanço que a contabilidade vem passando ao longo dos anos o perfil de um Contador exige muito que uma formação em bacharelado, é muito importante que o Contador adquira o conhecimento técnico que a função exige. O contador deve se enquadrar nos mais diversos perfis tendo em vista ser esse profissional a peça-chave para qualquer negócio (Andrade, 2021). Dessa forma, precisa-se de planejamento em tributos, gerência, habilidades interpessoais, trabalho em equipe e flexibilidade. Ele domina não só as questões financeiras e tributárias, mas patrimoniais de empresas, lidando com planilhas, números, demonstrativos e resultados.

3. METODOLOGIA

Para o desenvolvimento deste estudo, a metodologia escolhida é o estudo de caso, de abordagem qualitativa (Alexandre *et al.*, 2021), o qual buscou complemento pela realização de entrevistas semiestruturadas (APÊNDICE A), com quatro profissionais atuantes no Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Alagoas (DER/AL).

Esta abordagem qualitativa visou proporcionar uma análise dos principais desafios enfrentados pelos contadores no contexto específico do DER/AL, explorou não apenas os aspectos técnicos da contabilidade pública, mas também as percepções e vivências dos profissionais no exercício de suas funções. A combinação do estudo de caso com as entrevistas permitiu uma compreensão mais ampla dos fenômenos observados, possibilitando a identificação de práticas, limitações e oportunidades de melhoria no setor.

O estudo de caso foi escolhido como método principal por se tratar de uma investigação direcionada para um contexto particular, com o objetivo de entender a dinâmica e os fatores que influenciam a contabilidade pública em uma instituição estadual de infraestrutura. Este método permite uma análise contextualizada, onde os dados obtidos podem revelar insights importantes sobre a atuação contábil no DER/AL e fornecer um panorama detalhado sobre os desafios enfrentados na gestão financeira e no controle de recursos públicos.

O estudo de caso foi desenvolvido a partir da coleta de dados secundários, incluindo referências bibliográficas embasando a pesquisa e da coleta de dados primários, realizada por meio das entrevistas (APÊNDICE A). As quais foram realizadas no dia 9 de outubro de 2024.

As entrevistas foram semiestruturadas, permitiu um equilíbrio entre questões previamente definidas e a flexibilidade para explorar temas emergentes durante as conversas. Os quatros entrevistados do DER/AL, selecionados com base em sua experiência e atuação direta com a contabilidade e a gestão de recursos da instituição. A entrevista foi conduzida individualmente e teve duração estimada de 20 a 30 minutos, sendo, (1) Chefe de Secretaria de Execução e Orçamento; (2) Gerente de Contabilidade; (3) Supervisor de Finanças e (4) Coordenador Núcleo de Finanças.

As perguntas abordaram temas como os principais desafios na adaptação às normas de contabilidade pública, a transparência na gestão dos recursos, as dificuldades enfrentadas no controle orçamentário e financeiro e o impacto das inovações tecnológicas

nos processos contábeis. Além disso, foram explorados aspectos como a relação dos contadores com os órgãos fiscalizadores e as estratégias adotadas para assegurar a conformidade legal. Segue o Quadro 1, que apresenta o roteiro da entrevista, organizado por seções e disponibilizado como apêndice ao final deste trabalho:

Quadro 1- Roteiro da entrevista

Seção	Pergunta
Seção 1: Dados Gerais	1. Qual é o seu cargo no Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Alagoas (DER-AL)?
	2. Há quantos anos você trabalha no DER-AL?
Seção 2: Mudanças Históricas e Legais	3. Quais mudanças significativas você observou nas práticas contábeis do DER-AL ao longo dos anos?
	4. Quais leis ou normas (ex.: Lei de Responsabilidade Fiscal, NBCASP) foram mais importantes para a contabilidade pública do DER-AL e como elas impactaram o trabalho contábil?
Seção 3: Avanços Tecnológicos	5. O que mudou com a transição do SIAFEM para o SIAFE? Quais foram os principais benefícios e malefícios dessa mudança?
	6. Como a modernização tecnológica impactou os processos contábeis no DER-AL (em termos de velocidade, precisão e controle)?
Seção 4: Impactos e Sugestões	7. Quais impactos das mudanças legais e tecnológicas foram mais significativos para a contabilidade pública do DER-AL?
	8. Quais melhorias você considera necessárias para o aprimoramento da contabilidade pública no DER-AL?

Fonte: Elaboração própria (2024)

As entrevistas foram gravadas, mediante autorização dos participantes, para posterior transcrição e análise da transcrição foi feita pelo programa TurboScribe de forma gratuito. Além disso, foi realizada por meio da técnica de análise de conteúdo, que permitiu a identificação de padrões, temas recorrentes e categorias significativas. Após a transcrição, os dados foram organizados e codificados de forma a facilitar a interpretação e a identificação dos principais desafios e oportunidades para a melhoria da contabilidade pública no DER/AL.

O estudo também considerou as limitações das percepções individuais e buscou validar as informações coletadas, cruzando-as com dados secundários e referências teóricas pertinentes. Essa metodologia, ao combinar o estudo de caso com entrevistas detalhadas, fornece uma base sólida para entender e discutir os desafios específicos enfrentados pelos contadores no contexto da administração pública e as implicações para a gestão de recursos no setor.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A seção de Análise e Discussão dos Resultados aborda as observações e percepções coletadas nas entrevistas com profissionais do DER/AL, com foco nas mudanças ocorridas nas práticas contábeis do órgão, os desafios enfrentados pelos contadores e os impactos da inovação tecnológica.

4.1 DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE ALAGOAS – DER/AL

O Departamento de Estradas de Rodagem de Alagoas (DER/AL) foi criado pela Lei Estadual nº 3.656, de 14 de setembro de 1971, anos depois, transformado em Autarquia Estadual através da Lei nº 2.776 de 11 de março de 1966, com personalidade jurídica e subordinada à época diretamente à Secretaria de Estado dos Negócios de Viação e Obras Públicas, atualmente Secretaria de Estado de Transporte e Desenvolvimento Urbano - SETRAND. O Departamento tem o objetivo de coordenar a execução e a fiscalização de obras rodoviárias no estado, além de promover a conservação e a melhoria das estradas.

A instituição é responsável por planejar, projetar, construir e manter a malha viária estadual, que desempenha um papel essencial no escoamento de produtos, no transporte de pessoas e no desenvolvimento regional. O DER/AL também atua em diversos aspectos da mobilidade e infraestrutura de transporte, contribuindo para a integração do estado com o restante do país.

Entre suas principais competências, o DER/AL administra as rodovias estaduais, desenvolve estudos e projetos de engenharia de transportes, e realiza a fiscalização de obras e serviços rodoviários. Além disso, o órgão tem a responsabilidade de atuar na sinalização, segurança viária e gestão do tráfego nas vias estaduais. O DER/AL também é responsável por implementar políticas públicas voltadas para a melhoria da infraestrutura rodoviária, atuando em colaboração com outros órgãos municipais, estaduais e federais (Santana, 2020).

Diante das grandes evoluções das ciências contábeis no Brasil, é de suma importância trazer à baila, estudos específicos que foram realizados dentro do DER – Departamento de Estradas e Rodagem do Estado de Alagoas, desde os resultados obtidos

até as informações e Sistema contábil dentro dessa repartição pública que Administra o Sistema rodoviário Estadual de Alagoas.

Nesse diapasão foi realizado um estudo de campo para melhor desenvolvimento desse trabalho, que teve como ponto de partida entrevistas e levantamento de dados com área Contábil do (DER), além do levantamento dos materiais e métodos de trabalho utilizado por contadores, estagiários e servidores de outras áreas que trabalham no gerenciamento e controle contabilístico da Autarquia.

4.2 PRINCIPAIS EVOLUÇÕES, DIFICULDADES E IMPACTO DAS INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS ENFRENTADAS PELOS CONTADORES NO DER/AL

Este tópico apresenta as respostas obtidas nas quatro entrevistas realizadas, abordando as principais evoluções, dificuldades e o impacto das inovações tecnológicas enfrentadas pelos contadores no DER/AL. As respostas refletem experiências práticas e percepções dos profissionais sobre os desafios na adaptação às normas de contabilidade pública e os benefícios trazidos pela modernização dos processos contábeis.

4.2.1 Análise da entrevista com a Oficial de Apoio Técnico do DER-AL

A primeira entrevista, foi realizada com a Oficial de Apoio Técnico do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Alagoas (DER-AL). Essa profissional atua na área contábil e administrativa, apoiando a execução e o acompanhamento dos processos financeiros e orçamentários do departamento. Com 47 anos de experiência, sendo 45 no DER-AL, ela possui uma visão aprofundada sobre as práticas e os desafios da contabilidade pública no órgão, o que proporcionou uma análise detalhada e contextualizada de vários aspectos da gestão de recursos no setor.

Inicialmente, Ana Luísa descreve o desenvolvimento tecnológico em sua área de trabalho. Ela menciona a transição de registros em fichas de papel para a introdução do SIAFEM (Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios) em 1997 e do SIAF em 2018, o que simplificou as tarefas contábeis, tornando-as mais práticas e menos manuais. A principal diferença observada por ela entre os sistemas foi a mudança no modo de operação: do teclado para o mouse, indicando uma adaptação ao uso de novas interfaces.

Além dos avanços tecnológicos, Ana Luísa destaca também a importância das mudanças legais, especialmente mencionando a Lei 4.320, que regulamenta os balanços públicos, e a Lei de Responsabilidade Fiscal, sem fornecer detalhes específicos sobre o impacto direto destas leis no seu trabalho diário, mas ressaltando que participou de oficinas de capacitação e treinamentos.

Durante a entrevista, a Oficial de Apoio Técnico destacou as principais mudanças históricas e legais que impactaram as práticas contábeis no DER-AL ao longo de sua atuação. Ele mencionou a introdução da Lei de Responsabilidade Fiscal e das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) como marcos significativos, que trouxeram novas exigências de transparência e controle financeiro, além de maior responsabilidade no uso dos recursos públicos. Segundo o entrevistado, essas normas, embora exigentes, ajudaram a estruturar os processos de maneira mais rigorosa, aumentando a precisão e a clareza nas prestações de contas.

Além disso, a modernização tecnológica também foi um ponto relevante abordado na entrevista. A Oficial relatou os efeitos da transição do sistema SIAFEM para o SIAFE, um dos principais sistemas de controle financeiro do Estado, descrevendo as vantagens e os desafios dessa mudança. Ela apontou que o SIAFE trouxe melhorias significativas na velocidade e na precisão dos registros contábeis, facilitando o monitoramento das despesas e a adequação às normas, embora também tenha mencionado desafios iniciais de adaptação.

Embora a entrevistada reconheça a importância das inovações e da atualização tecnológica, ela admite ter dificuldades em identificar melhorias futuras para o sistema contábil público, dado o avanço já incorporado. Esse ponto reflete tanto o avanço da automação nos processos contábeis quanto o potencial limite de contribuição pessoal para inovações adicionais.

A entrevista, então, revela um cenário de grande transformação tecnológica e regulatória que, com o tempo, contribuiu para um processo de contabilidade pública mais eficiente e automatizado. Por fim, a Oficial não sugeriu nenhuma melhoria para aprimorar a contabilidade pública no DER-AL.

4.2.2 Análise da entrevista com o contador DER-AL

A entrevista seguinte foi com o contador do órgão o Sr. Isaac Newton, o qual destaca a evolução tecnológica e regulatória da contabilidade pública, principalmente no

Departamento de Estradas de Rodagens – DER/AL. Sua experiência acumulada de mais de 40 anos permite observar as mudanças significativas nos processos contábeis e nas ferramentas utilizadas ao longo do tempo.

Segundo ele, no início de sua carreira, em 1981, a contabilidade era realizada de forma manual, usando máquinas datilográficas e livros físicos, como livros de razão e diários, e exigia uma equipe numerosa de 15 pessoas. Hoje, com a introdução de sistemas como o SIAFEM e o SIAF, o mesmo setor opera com apenas três funcionários, evidenciando o impacto da automação na redução de pessoal e aumento de eficiência.

Para o entrevistado, a modernização dos sistemas trouxe precisão, rapidez e uma grande redução na complexidade dos processos contábeis. A mudança de processos manuais e demorados para um ambiente informatizado permite agora a entrega de relatórios contábeis e financeiros com agilidade, facilitando a tomada de decisões dos gestores.

A Lei 4.320/64 e a Lei de Responsabilidade Fiscal foram destacadas como fundamentais para a contabilidade pública. A Lei de Responsabilidade Fiscal, em particular, trouxe uma maior transparência e controle sobre os gastos públicos, além de estabelecer limites para despesas, o que foi um avanço importante para a gestão pública, ajudando a assegurar que as finanças públicas fossem administradas com responsabilidade.

O entrevistado enfatiza que a informatização do DER permitiu fornecer informações precisas e transparentes aos gestores e ao governo, o que contribui diretamente para a governança e transparência no setor público. A celeridade trazida pela tecnologia não só facilita o fechamento de balanços e a conciliação de contas, mas também assegura que essas informações estejam prontas para consulta pelos gestores em qualquer momento, contribuindo para uma administração mais ágil e eficiente.

Além disso, observa que muitos dos funcionários têm mais de 60 anos e estão próximos da aposentadoria. Ele vê a necessidade de renovação e de mais capacitação para acompanhar as evoluções contínuas na contabilidade pública. A falta de concursos há décadas reflete um quadro envelhecido, e a contratação de novos funcionários por meio de concurso público traria uma atualização necessária, ao passo que o investimento em treinamento ajudaria na adaptação às novas demandas tecnológicas e regulatórias.

A entrevista ilustra o progresso da contabilidade pública desde processos manuais e lentos até sistemas informatizados e rápidos, impulsionados tanto por normas legais quanto por avanços tecnológicos. Sr. Isaac identifica a necessidade de renovação e

capacitação contínuas para garantir que a contabilidade pública continue a oferecer suporte eficaz e transparente à administração pública.

4.2.3 Análise da entrevista com o Supervisor de Finanças DER-AL

Adentrando a terceira entrevista com o Railson Rodrigues, sobre a evolução da contabilidade pública no Departamento de Estradas e Rodagem (DER), destaca mudanças tecnológicas e regulatórias importantes e a necessidade de melhorias no setor. Abaixo estão os principais pontos discutidos: Trajetória Profissional e Experiência; Mudanças Históricas e Evolução Tecnológica; Importância das Leis e Normas; Impactos da Modernização Tecnológica; Necessidade de Melhorias e Recomendações.

O entrevistado trabalha no DER desde 1967, vem ocupando atualmente o cargo de Supervisor de Finanças. Iniciou com funções administrativas e, ao longo de mais de 50 anos, observou mudanças substanciais na área financeira e contábil do DER. O início das atividades era manual, utilizando datilografia e máquinas de calcular. Destaca ainda que a primeira informatização ocorreu com a implantação de um sistema próprio de contabilidade, seguido do Siafem e posteriormente do SIAFE, que são sistemas mais completos e precisos. A evolução para o SIAFE trouxe um ganho significativo em velocidade e precisão, permitindo fechamento de balanços muito mais rápido e eficiente em comparação ao processo manual, que demorava até um mês para ser finalizado.

Ao longo da entrevista, destacou a Lei de Responsabilidade Fiscal como um marco, pois criou limites para gastos públicos e contribuiu para maior controle e responsabilidade no uso dos recursos públicos. Também mencionou a Lei 4.320 como "a mãe da contabilidade pública", por sua importância e por ser uma lei constantemente ajustada para acompanhar as demandas atuais. Nas falas, observa-se que a modernização trouxe impacto significativo, especialmente no setor financeiro do DER, com computadores disponibilizados para cada funcionário, o que antes era limitado a cada setor. O Sistema Eletrônico de Informações (SEI) foi implementado para reduzir o uso de papel e facilitar o acompanhamento de processos eletrônicos, mas ainda está em processo de ajuste.

O entrevistado, reforçou a necessidade de um concurso público, já que a maioria dos funcionários ativos tem mais de 60 anos, indicando que a equipe precisa de renovação. Também sugere aprimorar o SEI, para tornar o acompanhamento de processos eletrônicos mais eficiente. A entrevista mostra como a modernização e regulamentação

ajudaram a tornar a contabilidade pública mais eficiente e transparente, mas ressalta a importância de renovar a equipe e ajustar os sistemas para garantir que o DER mantenha sua eficiência e continue a atender às necessidades da gestão pública.

4.2.4 Análise com o servidor do DER-AL

A última entrevista foi realizada online por meio de áudios via WhatsApp, pois o servidor estava de férias. Diferente das outras, essa conversa não seguiu o formato de perguntas e respostas, mas o entrevistado iniciou compartilhando sua experiência de 48 anos de trabalho no Departamento de Estradas e Rodagem. Ele descreveu sua trajetória, passando de cargos de nível médio para posições superiores, e comentou as mudanças e evoluções no setor ao longo dos anos.

O entrevistado destacou a importância da adaptação e do aprendizado contínuo no ambiente de trabalho, considerando as mudanças como algo natural, especialmente as inovações tecnológicas. Para ele, a tecnologia ajudou a reduzir a burocracia, aprimorando a contabilidade pública e aumentando a transparência com o uso de portais e o novo sistema SIAF. Esse sistema trouxe agilidade, permitindo que processos antes demorados fossem formalizados mais rapidamente e com maior precisão. Além disso, a modernização melhorou a comunicação e integração com outros órgãos, como o Tribunal de Contas, facilitando a troca de informações e a eficiência geral do setor.

4.3 PROPOSTA DE MELHORIAS E ESTRATÉGIAS PARA O APERFEIÇOAMENTO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS NO DER/AL

Problemas como a defasagem tecnológica, a escassez de capacitação continuada e a complexidade normativa são alguns dos fatores que impactam a eficiência e a efetividade da atuação contábil nesse órgão. Além disso, a análise visa identificar possíveis melhorias nas práticas contábeis e administrativas, visando uma maior eficiência na gestão pública, especialmente em setores críticos.

Nesse sentido, com base nas entrevistas realizadas com servidores de longa data do Departamento de Estradas e Rodagem de Alagoas (DER/AL), é possível observar que o setor passou por mudanças significativas nos processos contábeis ao longo dos anos.

A modernização tecnológica, a implementação de sistemas como o SIAFEM e o SIAFE, além das adaptações às legislações, foram pontos marcantes citados pelos entrevistados. No entanto, apesar desses avanços, há oportunidades de melhoria e estratégias para aperfeiçoar ainda mais a gestão contábil e o funcionamento do DER/AL. Abaixo, são apresentadas algumas propostas que buscam suprir as lacunas atuais e reforçar os pontos fortes já estabelecidos.

Os servidores entrevistados ressaltaram a necessidade de capacitação técnica para acompanhar as mudanças legais e tecnológicas, sobretudo em um ambiente com evoluções constantes nos sistemas de contabilidade pública e gestão financeira. É essencial a implementação de um programa de capacitação contínua, que abranja:

- a) Treinamentos em Ferramentas Tecnológicas: Cursos voltados para o uso avançado do SIAFE e do SEI (Sistema Eletrônico de Informações) permitiriam uma utilização mais eficaz desses sistemas, aumentando a precisão das informações e o controle orçamentário;
- b) Atualizações sobre a Legislação Contábil: Além de acompanhar as normativas como a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei 4.320/64, seria interessante promover oficinas que detalhem as recentes regulamentações e melhores práticas de compliance;
- c) Cursos de Desenvolvimento de Habilidades *Soft Skills*: Considerando a importância da comunicação entre setores e com outros órgãos (como o Tribunal de Contas), investir em habilidades de comunicação e trabalho colaborativo pode ajudar a fortalecer a integração interna e externa do DER/AL.

Uma das preocupações mencionadas foi a falta de renovação de pessoal, com muitos funcionários próximos da aposentadoria. Dessa forma, é imprescindível a abertura de concursos públicos para garantir a reposição gradual de funcionários e a continuidade do conhecimento técnico. A entrada de novos profissionais pode ser estratégica para:

- a) Incorporação de Conhecimento Atualizado: Profissionais recém-formados trazem novas perspectivas e estão frequentemente mais familiarizados com as tecnologias atuais, o que contribui para a inovação;
- b) Redução da Sobrecarga de Trabalho: A contratação de novos funcionários (concursos) reduziria a carga de trabalho sobre os servidores existentes,

permitindo que o departamento mantenha a qualidade dos serviços mesmo em períodos de maior demanda.

A modernização com o SIAFE trouxe mais rapidez e precisão às práticas contábeis do DER/AL. Contudo, os entrevistados observaram a necessidade de aprimorar o SEI, um sistema que ainda se ajusta para atender plenamente às demandas do departamento. Neste sentido, recomenda-se:

- a) Melhorias no sistema: Investir em melhorias para que o sistema de processos eletrônicos elimine a dependência de papéis e seja realmente eficiente para todos os setores;
- b) Integração entre Sistemas: A comunicação entre o SIAFE, o SEI e outros sistemas deve ser otimizada, permitindo que dados contábeis sejam atualizados em tempo real e sincronizados automaticamente entre plataformas. Isso facilitaria o controle financeiro, o acompanhamento de processos e o cumprimento das obrigações legais.

A criação de portais de transparência foi um avanço destacado pelos entrevistados, proporcionando maior controle e acesso público às contas e despesas do DER/AL. Entretanto, a fim de manter essa prática em um alto padrão de eficiência e acessibilidade, recomenda-se:

- a) Aprimoramento dos Portais de Transparência: Implementar ferramentas para que o público tenha acesso intuitivo e detalhado a informações financeiras e contábeis do DER/AL. Recursos como gráficos interativos e relatórios simplificados podem facilitar a compreensão das finanças pelo cidadão comum.
- b) Atualizações Regulares e Acesso a Dados em Tempo Real: Assegurar que as informações divulgadas nos portais estejam constantemente atualizadas e que o fluxo de dados seja em tempo real, ajudando tanto gestores quanto a população a acompanhar o uso dos recursos públicos.

Considerando a importância da adaptação e da inovação no setor contábil público, a criação de um núcleo interno de inovação pode impulsionar melhorias e novos métodos

de trabalho no DER/AL. Esse núcleo, composto por servidores experientes e novos funcionários, teria como foco:

- a) **Propor Soluções Tecnológicas e Práticas Contábeis Avançadas:** O núcleo poderia avaliar e sugerir novas tecnologias para melhorar a produtividade e a segurança contábil, mantendo o departamento em linha com as melhores práticas do setor.
- b) **Avaliação de Riscos e Controle Interno:** A criação de um sistema contínuo de controle e avaliação de riscos proporcionaria maior segurança e evitaria desvios, elevando a confiabilidade das práticas contábeis no departamento.

Conforme sugerido pelos servidores entrevistados, o aprimoramento da infraestrutura física e digital do DER/AL é fundamental para manter o departamento atualizado e em constante desenvolvimento. As melhorias estruturais incluem:

- a) **Atualização de Equipamentos:** Garantir que todos os funcionários tenham acesso a computadores e equipamentos de última geração para execução rápida e eficaz de suas tarefas.
- b) **Aprimoramento da Rede de Internet e Sistemas de Backup:** Fortalecer a rede de internet e implementar sistemas de backup seguro para evitar perdas de dados e garantir a integridade das informações contábeis.
- c) **Criação de Espaços Colaborativos:** Promover ambientes de trabalho colaborativo que incentivem o compartilhamento de ideias e a solução conjunta de problemas, otimizando a eficiência do departamento.

As propostas apresentadas têm como objetivo modernizar e fortalecer o setor contábil do DER/AL, respondendo às necessidades identificadas nas entrevistas com os servidores. Com capacitação contínua, renovação de pessoal, integração tecnológica, transparência e inovação, o DER/AL estará mais preparado para enfrentar os desafios contábeis e legais, proporcionando um serviço público mais eficiente, ágil e transparente.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo aprofundar a análise sobre a contabilidade pública e os processos de controle financeiro no Departamento de Estradas de Rodagem de Alagoas (DER/AL), destacando os principais avanços, as dificuldades enfrentadas e o papel da tecnologia no contexto das práticas contábeis.

A pesquisa concentrou-se em demonstrar as evoluções do DER/AL na adequação às normas de contabilidade pública, ressaltando os aspectos de transparência e eficiência no controle de recursos financeiros, assim como identificar as dificuldades dos contadores para atender às exigências legais e, por fim, avaliar e propor melhorias nas práticas contábeis do órgão.

O departamento apresentou avanços significativos na adaptação às normas contábeis, como a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei 4.320/64, que promoveram uma gestão mais transparente e eficiente dos recursos públicos.

As mudanças também abrangeram o fortalecimento do controle orçamentário e financeiro, especialmente através da introdução de sistemas como o SIAFEM e, posteriormente, o SIAFE, que proporcionaram uma automação dos processos financeiros, maior precisão nos registros e facilidade de acesso à informação. Essas adaptações refletem o esforço do órgão em acompanhar as regulamentações e responder às demandas de transparência e prestação de contas com a sociedade, melhorando a credibilidade do órgão perante seus usuários e órgãos de fiscalização.

Na perspectiva dos desafios enfrentados, a pesquisa identificou que os contadores do DER/AL enfrentam limitações no cumprimento de exigências contábeis, principalmente devido à falta de pessoal e ao envelhecimento da equipe, com uma necessidade urgente de renovação e capacitação.

Além disso, dificuldades relacionadas ao uso de sistemas, como o SEI, indicam a necessidade de melhorias na implementação e integração tecnológica. A ausência de treinamentos regulares sobre novas normas e atualizações de sistemas também foi uma limitação importante apontada pelos contadores, uma vez que dificulta o acompanhamento das mudanças regulatórias e compromete a eficiência dos processos contábeis.

Ao avaliar o impacto das inovações tecnológicas, observou-se que os sistemas de contabilidade e controle implementados (como o SIAFE e SEI) foram essenciais para modernizar os processos contábeis e garantir maior precisão e rapidez nas atividades do

DER/AL. Contudo, embora a modernização tecnológica tenha melhorado a eficiência no gerenciamento de dados, o uso pleno dessas tecnologias ainda requer aperfeiçoamentos.

A ausência de uma integração total dos sistemas e a necessidade de maior automação foram pontos críticos destacados, uma vez que essas limitações impedem que o DER/AL alcance a potencial eficiência operacional oferecida por esses sistemas. A informatização do setor trouxe agilidade aos processos, mas a falta de uniformidade e atualização tecnológica representa um desafio constante que precisa ser monitorado e solucionado.

A proposta de melhorias e estratégias de aperfeiçoamento visou, principalmente, fortalecer a infraestrutura do DER/AL e qualificar a equipe para lidar com as exigências do cenário contábil e financeiro. Entre as propostas, destaca-se a importância de um programa contínuo de capacitação dos funcionários, a renovação da equipe por meio de concursos públicos e a criação de um núcleo de inovação que concentre esforços em novas soluções tecnológicas. Além disso, o aprimoramento do SEI e a integração de sistemas foram sugeridos para permitir um controle contábil mais eficaz e uma maior transparência no acompanhamento dos processos.

Embora a pesquisa tenha alcançado os objetivos propostos, algumas limitações merecem destaque. A coleta de dados foi realizada exclusivamente por meio de entrevistas com funcionários do DER/AL, o que pode ter limitado a amplitude das perspectivas obtidas.

Em futuros trabalhos, seria interessante ampliar a pesquisa para incluir a visão de órgãos reguladores e de fiscalização, como o Tribunal de Contas, permitindo uma análise mais abrangente sobre a conformidade e eficiência dos processos contábeis do DER/AL. Outra limitação foi o foco nas ferramentas tecnológicas atualmente em uso, como o SIAFE e o SEI. Para uma visão completa, sugere-se que futuras pesquisas considerem a avaliação de novas tecnologias, como inteligência artificial e ferramentas de análise preditiva, que possam trazer inovações significativas para o controle contábil e orçamentário.

O estudo contribuiu para o entendimento das evoluções e desafios enfrentados pela contabilidade pública no DER/AL e ofereceu uma base para o aprimoramento das práticas contábeis no órgão. A adoção das melhorias propostas poderá trazer mais eficiência e transparência ao departamento, enquanto novas pesquisas poderão ampliar o conhecimento e oferecer novas perspectivas para o desenvolvimento das práticas contábeis e financeiras na administração pública.

REFERÊNCIAS

ABRUNHOSA, J.; COSTA, R. A Evolução da Contabilidade e das Misericórdias desde o século XV ao XXI. In: **Proceedings of the 2nd International Conference in Accounting and Finance Innovation**. UA Editora–Universidade de Aveiro 1st edition–December 2021. p. 1

ALEXANDRE, A. et al. Metodologia científica. **Princípios e Fundamentos (3a ed.)**. São Paulo: Blucher. E-Book, 2021.

AANTONHOLI, E.L.; SANTANA, N.C.; PRADO, T.S. ORGANIZAÇÃO E EVOLUÇÃO DO TERCEIRO SETOR COM ÊNFASE NAS CONTRIBUIÇÕES DA CONTABILIDADE. **Revista Scientia Alpha**, v. 1, n. 1, 2024.

ANDRADE, A.M. A influência da lei de responsabilidade fiscal na contabilidade pública dos municípios brasileiros. **RECIMA21-Revista Científica Multidisciplinar-ISSN 2675-6218**, v. 2, n. 5, p. e25349-e25349, 2021.

BRASIL. **DECRETO Nº 92.452, DE 10 DE MARÇO DE 1986**. Cria, no Ministério da Fazenda, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), extingue a Secretaria Central de Controle Interno (SECIN), e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/1985-1987/D92452compilado.htm. Acesso em 9 nov. 2024.

BRASIL. **LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964**. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e contrôlê dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4320compilado.htm; Acesso em 10 nov. 2024.

BRASIL. **LEI Nº 12.249, DE 11 DE JUNHO DE 2010**. Institui o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste - REPENEC; cria o Programa Um Computador por Aluno - PROUCA e institui o Regime Especial de Aquisição de Computadores para Uso Educacional - RECOMPE; prorroga benefícios fiscais; constitui fonte de recursos adicional aos agentes financeiros do Fundo da Marinha Mercante - FMM para financiamentos de projetos aprovados pelo Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante - CDFMM; institui o Regime Especial para a Indústria Aeronáutica Brasileira - RETAERO; dispõe sobre a Letra Financeira e o Certificado de Operações Estruturadas; ajusta o Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV; altera as Leis nºs 8.248, de 23 de outubro de 1991, 8.387, de 30 de dezembro de 1991, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 10.865, de 30 de abril de 2004, 11.484, de 31 de maio de 2007, 11.488, de 15 de junho de 2007, 9.718, de 27 de novembro de 1998, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 11.948, de 16 de junho de 2009, 11.977, de 7 de julho de 2009, 11.326, de 24 de julho de 2006, 11.941, de 27 de maio de 2009, 5.615, de 13 de outubro de 1970, 9.126, de 10 de novembro de 1995, 11.110, de 25 de abril de 2005, 7.940, de 20 de dezembro de 1989, 9.469, de 10 de julho de 1997, 12.029, de 15 de setembro de 2009, 12.189, de 12 de janeiro de 2010, 11.442, de 5 de janeiro de 2007, 11.775, de 17 de setembro de 2008, os Decretos-Leis nºs 9.295, de 27 de maio de 1946, 1.040, de 21 de outubro de 1969, e a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; revoga as Leis nºs 7.944, de 20 de dezembro de 1989, 10.829, de 23 de dezembro de 2003, o Decreto-Lei nº 423, de 21

de janeiro de 1969; revoga dispositivos das Leis nºs 8.003, de 14 de março de 1990, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 5.025, de 10 de junho de 1966, 6.704, de 26 de outubro de 1979, 9.503, de 23 de setembro de 1997; e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112249.htm. Acesso em 9 nov. 2024.

BRASIL. **Proposta de Emenda à Constituição Nº 45/2019**. <https://www.congressonacional.leg.br/materias/materias-bicameras/-/ver/pec-45-2019#:~:text=Ementa%3A,Altera%20o%20Sistema%20Tribut%C3%A1rio%20Nacional..> Acesso em 9 nov. 2024.

BRASIL. **Proposta de Emenda à Constituição nº 110, de 2019**. Disponível em <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/137699>. Acesso em 9 nov. 2024.

CABRAL, A.P.; OLIVEIRA, J.S.; SANTOS, S.P.P. O PAPEL ÉTICO DO CONTADOR NO SETOR PÚBLICO. **Revista Foco (Interdisciplinary Studies Journal)**, v. 17, n. 7, 2024.

COUTO, R.R.B. A contabilidade aplicada ao terceiro setor. **Educação Sem Distância-Revista Eletrônica da Faculdade Unyleya**, v. 1, n. 3, 2021.

FARIA, J.A.B.; AZEVEDO, R.R.; SANTOS, P.G. Reformas do Setor Público e Mudanças na Contabilidade Pública. **Contabilidade Gestão e Governança**, v. 25, n. esp, p. 388-397, 2022.

FARIA, L.H.L.; MEDEIROS, R.L.; NASCIMENTO, G.S A aceitação e a satisfação do usuário final do sistema integrado de administração financeira (SIAFI): análise em uma instituição de ensino federal. **International Journal of Scientific Management and Tourism**, v. 9, n. 2, p. 1006-1027, 2023.

JESUS SILVA, W.; SANTOS, C.S. A APLICABILIDADE DO CÓDIGO DE ÉTICA DO PROFISSIONAL CONTÁBIL NOS ESCRITÓRIOS DE CONTABILIDADE NO MUNICÍPIO DE SAPEAÇU-BA. **ConTexto-Contabilidade em Texto**, v. 22, n. 52, p. 3-13, 2022.

MARTINS, E. Aquisição de Ação de não Controlador é Ação em Tesouraria?. **Revista Direito Tributário Atual**, n. 48, p. 527-556, 2021.

MARKIONI, N.D. et al. Contabilidade aplicada ao terceiro setor. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 8, n. 6, p. 1294-1311, 2022.

MARION, J.C. Profissional contábil:: um pouco da nossa história e o perfil ideal do profissional moderno. **Revista Científica Cintec.**, v. 1, n. 2, p. 74-75, 2023.

MATIAS, J.P. Teoria institucional aplicada à contabilidade: Evolução e perspectivas Institutional Theory applied to accounting: Evolution and perspectives. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 10, p. 96651-96699, 2021.

PARENTE, TT.A.F. **História do Pensamento Contábil: A evolução do pensamento contábil e sua repercussão no Brasil**. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso. 2023.

PINHO, A.P.M.; OLIVEIRA, E.R.S.; SILVA, C.R.M. Comprometimento Organizacional no Setor Público: um olhar sobre três décadas de produção científica brasileira (1989-2019). **Revista do Serviço Público**, v. 71, n. 3, p. 504-539, 2020.

ROMOALDO, T.P.T.; SANTOS, J.J.A. ENTENDIMENTO E APLICAÇÃO DA CONTABILIDADE NO TERCEIRO SETOR: ESTUDO DE CASO. **Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo**, v. 5, n. 5, p. 5-26, 2020.

SANTANA, C.F.G. A contabilidade pública como instrumento de controle social. **REPAE-Revista de Ensino e Pesquisa em Administração e Engenharia**, v. 6, n. 1, p. 52-63, 2020.

SOUZA, M.P.; SILVA, A.P.F. CONTABILIDADE PÚBLICA E A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL. **RECIMA21-Revista Científica Multidisciplinar-ISSN 2675-6218**, v. 4, n. 10, p. e4104238-e4104238, 2023.

VISENTINI, M.S. et al. Transparência na Gestão Pública: Evidências da Produção Científica Nacional e Agenda de Pesquisa. **Revista Gestão & Conexões**, v. 10, n. 1, p. 73-101, 2021.

APÊNDICES

Apêndice A- Roteiro da entrevista

Seção 1: Dados Gerais

1. Qual é o seu cargo no Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Alagoas (DER-AL)?
2. Há quantos anos você trabalha no DER-AL?

Seção 2: Mudanças Históricas e Legais

3. Quais mudanças significativas você observou nas práticas contábeis do DER-AL ao longo dos anos?
4. Quais leis ou normas (ex.: Lei de Responsabilidade Fiscal, NBCASP) foram mais importantes para a contabilidade pública do DER-AL e como elas impactaram o trabalho contábil?

Seção 3: Avanços Tecnológicos

5. O que mudou com a transição do SIAFEM para o SIAFE? Quais foram os principais benefícios e malefícios dessa mudança?
6. Como a modernização tecnológica impactou os processos contábeis no DER-AL (em termos de velocidade, precisão e controle)?

Seção 4: Impactos e Sugestões

7. Quais impactos das mudanças legais e tecnológicas foram mais significativos para a contabilidade pública do DER-AL?
8. Quais melhorias você considera necessárias para o aprimoramento da contabilidade pública no DER-AL?

APÊNDICE DAS RESPOSTAS

Ana Luiza – Oficial de Apoio

E: Diga o seu nome?

Ana Luísa Sarmiento de Gusmão.

E: Ana Luísa, a gente está fazendo aqui uma pesquisa para um trabalho de conclusão do curso lá da UFAL de Contabilidade. Eu queria fazer algumas perguntas aqui à senhora sobre o trabalho dia a dia em si da execução contábil da administração pública. A senhora trabalha há quanto tempo aqui no DER?

47 anos.

E: E o cargo da senhora?

Oficial de Apoio Técnico.

E: Oficial de Apoio Técnico. E no financeiro em si? Só no financeiro? Todo esse tempo foi só no financeiro?

Sim. Não, no financeiro são 45...

E: 45 anos no financeiro. Acompanhou as mudanças então, né?

Sim.

E: A senhora consegue comentar um pouco das mudanças que teve aqui?

Antes era no papel?

Antes era em ficha. Ficha de papel. A gente... Eu puxava o saldo e digitava. Ou... Datelografava. Aí veio o computador. Eu entrei no Siaf em 1997.

E: Em 1997 entrou o Siafem.

O Siafem. Aí o Siafe veio depois, que foi em 2018.

E: Tem muita diferença do Siafem para o Siafe? Em planos de conta, não. A diferença é que eu trabalhava com o Enter no teclado. E depois do Siafe a gente passou a trabalhar com o mouse. A diferença é essa. Do teclado para o mouse.

E: Mas a senhora puxa relatório no Siafe, Siafem...

Puxava no... Puxava no Siafem.

E: No Siafem tinha relatórios. No Siafe tem também, né?

Tem, mas essa parte eu não faço.

E: A senhora não faz mais não, né? Entendi. E... A senhora acompanhou as normas? As normas de contabilidade nesse tempo, a evolução?

Sim.

E: A senhora sabe dizer alguma norma que impactou o trabalho aqui no DER? Alguma lei, a lei de responsabilidade fiscal?

É, tem a lei da... A lei da contabilidade.

E: A lei brasileira de contabilidade. Sim. Todas essas a senhora acompanhou?

É, participei da oficina.

E: Participou das oficinas. Então a senhora teve treinamento, né?

Sim.

E: Entendi. A senhora sabe dizer quais foram as mais importantes? Uma lei mais importante, não sei, responsabilidade fiscal, a 4.320 que normatizou os balanços...

É, até hoje é a 4.320, né?

E: E a tecnologia, melhorou em que aí o dia a dia? Como a modernização tecnológica impactou os processos?

Ah, bem mais. Porque o manual era bem mais trabalhoso. Hoje é tudo mais prático.

E: Do Siafem pro Siafe também se tornou mais prático?

Sim, porque veio o CEI, né?

E: Veio o CEI também, né? É. Que é o de processos, o sistema de processos.

É, o processo administrativo.

E: Entendi. Quais impactos das mudanças legais e tecnológicas foram mais significativos pra contabilidade pública aqui no DER? Mudanças legais e tecnológicas.

A tecnológica foi a internet, né? Que ajudou muito. E as legais, eu acredito que são as mesmas da contabilidade. É, mudaram. Que a 4.320 não mudou.

E: Entendi. Tem alguma melhoria? Alguma melhoria que você considera necessária para aprimorar a contabilidade pública? O que você acha assim, rapaz, se isso aqui começasse a funcionar hoje, ia ser melhor pra contabilidade pública?

É, no momento eu não tenho esse conhecimento.

E: A senhora não consegue não, né, dizer algo que poderia mudar?

Não.

E: Revolucionar a contabilidade. E hoje a senhora não sabe mais, né? Não.

Foi tantas coisas que já aconteceram. Foi a atualização, o sistema, as leis, as normas. E a senhora não consegue mais pontuar alguma coisa de melhoria não, né?

Não.

E: Já tá tudo tão automático, né?

Sim.

Isaac Newton – Contador

E: Bom dia, Doutor Isaac, tudo bom?

Tudo bem.

E: Vamos começar aqui a nossa entrevista, que é para o meu trabalho de conclusão de curso lá de ciências contábeis na UFAL.

Muito bem.

E: E aí a gente elaborou um “questionariozinho” para ser aplicado aqui a alguns colaboradores do DER, funcionários do DER, que é relativo à contabilidade pública e à evolução da contabilidade pública aqui no estado de Alagoas, mais precisamente no DER, nesse caso. Aí eu queria fazer algumas perguntas, senhor, se você está disposto a colaborar?

Pois não, pois não.

E: Vamos lá, primeiro se apresente, diga aí qual o seu cargo aqui no DER e quanto tempo o senhor está aqui prestando serviço?

Olha, eu entrei no DER em janeiro de 81. 81. E me deleguei com a aposentadoria em 2012. E 2012, para cá, eu estou em cargo de comissão. Quer dizer, praticamente eu não me deleguei. Eu fiquei como funcionário até 2012 e 2012 para cá, ao todo, são 43 anos.

E: E qual é o cargo que o senhor ocupa aqui?

Sempre, desde o início, eu era na contabilidade. Sempre trabalhei na contabilidade e gerente de contabilidade.

E: Gerente de contabilidade. Então eu vou fazer aqui algumas perguntas, senhor, da sessão 2 aqui da nossa entrevista, que é relativa às mudanças históricas e legais. Na sua opinião, doutor Isaac, quais mudanças significativas você observou na prática contábil ao longo dos anos?

A gente percebe que ao longo do tempo, dos anos, houve uma grande evolução na contabilidade. Houve uma grande, em função da tecnologia de informação, houve uma grande contribuição na parte informática, que isso fez com que a gente agilizasse, tivesse mais celeridade nos trabalhos e as informações mais precisas e abrangentes aos gestores e, como um todo, também ao nível de Estado.

E: Certo, eu vou partir para a próxima então. Quais leis ou normas foram mais importantes para a contabilidade pública, o senhor observa assim, nos últimos anos?

A lei é a mãe da contabilidade pública, que é a lei 4320-64. Então, de lá para cá, houve os incrementos, houve também a lei da responsabilidade fiscal, lei

da responsabilidade fiscal, onde teve uma grande contribuição para o setor público, em todos os sentidos, tendo as despesas, seus limites de uso, as dotações sanitárias precisas e, conseqüentemente, transparência na coisa pública. Onde se teve um grande avanço na contabilidade pública, nessas duas leis, juntamente com a lei 4320.

E: Entendi, doutor. Vamos passar para a próxima sessão, sobre os avanços tecnológicos. Aqui no DER, a média de contribuição profissional dos servidores é acima de 30, 35, 40 anos. O senhor se recorda do seu início? Como era feito, por exemplo, o balanço patrimonial? Como eram feitos os empenhos, as liquidações e os pagamentos? Como era na manual, era naquela máquina datelografar, depois vê o SIAFEM, depois vê o SIAFE. Como é que foi essa transição, nesses últimos anos, da contabilidade pública?

Na época em que entramos, em 81, na verdade, a sala de contabilidade daqui eram 15 pessoas. Hoje temos 3. Aí, vocês observam, 15 pessoas, cada uma ficava com um livro. Era um livro de conta corrente, era um livro de razão, um livro de diário e assim sucessivamente. E a gente usava também aquelas máquinas, aquelas máquinas antigas, as Boros, a Olivetti, máquina datelografia. Então, era uma coisa muito devagar, as informações para os gestores e para o governo como um todo era muito sem celeridade, era uma coisa muito devagar. Então, isso com o incremento, o verdadeiro avanço nos controles já veio depois do SIAFEM, foi criado o SIAFEM e depois logo o SIAF, onde veio incrementar um verdadeiro avanço nos controles, acompanhamento das despesas, receitas públicas, um grande desenvolvimento das peças contábeis com relação aos balanços patrimoniais, orçamentais e financeiros. Porque antigamente, na verdade, os balanços eram feitos tudo à mão, dava muito trabalho para a gente estar fechando, conciliando. Hoje as coisas são muito mais precisas, há uma celeridade muito grande no fechamento dos balanços hoje. Praticamente já estão quase todos prontos, já vem todos prontos para o SIAFEM.

E: Então, era o próximo item, como a modernização tecnológica impactou os processos contábeis no DER? Então foi basicamente isso, a elaboração dos relatórios...

Exatamente, isso aí é uma complementação da pergunta anterior. A modernização no aspecto tecnológico veio contribuir muito no avanço de informações, com veracidade e transparência, tanto aos gestores como também ao governo do Estado, para informações para o governo, para o governador no caso.

E: Tomaram decisões, né?

Tomaram decisões, exatamente.

Para a última sessão aqui, que é sobre os impactos e sugestões. Quais os impactos das mudanças legais e tecnológicas foram mais significativas para a contabilidade pública aqui no DER?

Com a evolução, tivemos um... De qualquer forma, a gente se adapta à legislação, se aperfeiçoa, e com isso vai se adaptando as novas técnicas e legislação pertinentes. Como também um acesso integral na área de informatização, de todos os setores. O DER hoje praticamente em todos os setores está informatizado, e principalmente a parte da financeira. A financeira aqui é um nível 100% em relação a informações, em relação ao que for necessário para dar informação aos gestores e ao governo do Estado, estamos prontos, rápidos a informar. Com celeridade e com transparência.

E: Vamos caminhar aqui para a última pergunta, que seria, alguma melhoria que você considera necessária para o aprimoramento da contabilidade aqui, pública no DER?

Isso. Com o avanço, dia a dia as coisas vão se avolumando, então a gente também tem que ter pessoas que sejam mais preparadas, que façam cursos, que tenham treinamento. É importante a gente enviar nossos técnicos para atualização dos seus conhecimentos, com cursos direcionados às suas atribuições, como também renovando o seu pessoal, que estamos até o ano que vem, até o final do governo, teremos concurso, que há mais de 30 anos que não há concurso aqui. Então, justamente isso aí para haver uma renovação de

peçoal. As peçoas aqui praticamente todas estão com acima de 60 anos, acima de 60 anos nessa faixa, 58 por aí. Então, o peçoal já tudo, muitos já estão se aposentando, no próximo ano vão se aposentar 11 com 75 anos.

E: Que é a famosa expulsória.

Mas estamos aí. Então, atualizando esse peçoal, é bom que a máquina fica mais precisa, anda mais rápido nas informações e tudo mais.

E: Doutor Isaac, eu só agradecer a contribuição do senhor para o meu trabalho.

Railson Rodrigues – Técnico em Contabilidade

E: Bom dia, doutor Railson.

Bom dia.

E: A gente vai fazer aqui uma entrevista com o senhor, que é para uma conclusão do meu trabalho de TCC na faculdade, do curso de contabilidade. E aí, a dinâmica aqui é fazer uma entrevista com o senhor sobre a evolução da contabilidade pública. Seria perguntas voltadas a esse tema. O senhor consegue colaborar com a gente aqui hoje?

É, vamos ver o que é que vai sair, né?

E: Eu queria que o senhor se apresentasse, que o senhor falasse aí quantos anos o senhor já trabalha aqui no DER, e qual é o seu cargo que o senhor ocupa aqui hoje.

Meu nome é Railson. Se for para citar o nome todo, eu sinto. Railson Rodrigue Rocha. A minha função aqui, atualmente, é Supervisão de Finanças. Eu sou Supervisor de Finanças. Eu entrei no DER em 1967. Comecei com adjunto administrativo, passei a ser técnico em contabilidade. Não sei qual foi o ano, não me lembro. Faz muito tempo.

E: O senhor tem mais de 50 anos de contribuição no DER, já.

Mais de 50 anos.

E: Sempre no financeiro?

Não. Eu passei três anos trabalhando em um setor de indústria de assalto, um setor industrial.

E: Entendi. Eu vou para a segunda seção aqui, que é sobre as mudanças históricas da contabilidade que o senhor observou aqui nos últimos anos. E aí, a primeira pergunta é a seguinte. Quais as mudanças significativas que o senhor observou na prática?

Quando eu vim para aqui, a gente começou a trabalhar manualmente. Tinha as máquinas de datilografia, a máquina de calcular, aquela máquina mais grosseira, e a gente trabalhava manualmente. Depois, veio uma empresa para aqui, para o DER, e implantou o sistema de contabilidade. No computador, computadorizado. Trouxe lá o sistema deles e implantou aqui. E daí foi evoluindo, aí entrou o Siafem. O Siafem preparou um grupo de pessoas, eu não fiz parte, mas ele preparou um grupo de pessoas para poder trabalhar com o Siafem. O Siafem tinha muitos problemas, sistema de começo, começo de implantação. E foi se ajustando, se ajustando, aí substituí-lo pelo Siafe, que hoje é muito mais preciso, mais completo do que o Siafem.

E: Entendi. Esse é um tópico que a gente vai tocar mais na frente, é sobre o avanço tecnológico, é um outro tópico que a gente vai tentar destinar mais esses benefícios e os malefícios de cada sistema. A próxima questão aqui é sobre as normas e as leis. Quais, se o observam, foram mais importantes para a contabilidade pública?

Na minha opinião, a mais importante foi a lei de responsabilidade fiscal.

E: Entendi. Por quê?

Porque, como se diz, botou um freio nos gastos públicos. Porque tinha um teto, chegou um teto, não sei exatamente se o percentual, não sei se era 60% da folha, que não podia ultrapassar, e segurou ali, botou um teto para não ultrapassar aquele valor. Para mim foi um avanço...

E: Mais significativo para o controle financeiro e orçamentário. Exatamente. Positivo, chefe. Vou agora para aquela questão que o senhor tocou nesse instante, sobre os avanços tecnológicos. O senhor falou que inicialmente era tudo manual, e depois apareceu o Siafem e agora é o Siafe. A pergunta é, o que mudou com a transição do Siafem para o Siaf? Mas também, o que é que mudou na transição de quando era manual para o Siafem e do Siafem para o Siafe?

Quando era manual, a gente tinha uma certa dificuldade, vamos dizer assim, em colocar em dia o serviço, que era tudo manual. Para você ter ideia, o balanço nosso, a gente passava praticamente 15 dias, um mês, para fechar o balanço. Hoje, encerra-se o ano, o balanço já está pronto. É só dar uns ajustes, mas o balanço em si já está pronto. E no Siafem também, nós temos um amigo aqui, que ele fazia isso, se ajustar manualmente, ele ajustava o Siafem manualmente. Mas já o Siafe não, o Siafe já entrava prontinho. Então, para mim, foi um avanço muito grande, em termos de final de ano, em termos de balanço.

E: De informação.

E as informações mensais eram informações corriqueiras, que ela foi se ajustando para chegar no final do ano, tendo todas as informações precisas.

E: Continuando nessa mesma sessão de avanço tecnológico, como a modernização tecnológica impactou os processos de contabilidade? A gente tem o Siafe hoje, mas não precisa se ater só à questão financeira. Temos também o CIE, que é de processos eletrônicos, não chega mais às partinhas de processo físico para verificar. Eu queria que o senhor falasse sobre essa modernização, se o senhor falasse sobre a velocidade da informação, sobre a precisão, sobre o controle.

O Siaf, nós temos uma resposta rápida. O CIE, eu acho que ainda está se ajustando, porque o CIE, quando eu tomei conhecimento do CIE, era para se eliminar praticamente papel. Não ter mais papel. Então, não tendo mais papel, não ficaria aquele volume de processos guardado. Eu acho que estão se ajustando ainda. O CIE não está ainda 100% ativo.

E: Entendi. Vamos para a última sessão aqui, que é sobre os impactos que o senhor observou e sugestão. Aí a próxima pergunta é, quais impactos das mudanças legais e tecnológicas foram mais significativas para a contabilidade pública aqui no DER?

Impactos das mudanças...

E: Legais e tecnológicas. A lei que o senhor falou, sobre a 4.320...

E a 4.320 tem um porém. A 4.320, eu não sei, mas todo ano tinha uma mudança na 4.320. Não mudança, um ajuste. Ele tinha sempre um complemento. E se ajustando. Eu não sei se ainda continua assim. Eu não tenho esse conhecimento. Mas eu acredito que sim. A 4.320 é uma lei antiga e atual. Ao mesmo tempo. É a lei antiga e ao mesmo tempo é atual.

E: Ela vem se atualizando.

É a mãe da contabilidade pública. Contabilidade.

E: E da tecnologia? O impacto da mudança tecnológica? A contabilidade pública?

Foi... Vamos dizer... O impacto foi gritante. Eu acho o impacto gritante. Porque nós temos hoje... Hoje, principalmente aqui na... Financeira. Financeira do DER. Nós temos para cada funcionário um computador. Não tinha? Não. Isso era... Antes, no Siafem, era para cada setor. Vamos dizer assim. E aqui eram vários setores. Orçamento. Tesouraria. E contabilidade. E, no caso, o gabinete do chefe. Então, para cada setor tinha um computador. Hoje, nós temos um computador para cada funcionário.

E: Importante.

Isso a gente deve... Eu não sei se eu posso citar, mas a gente deve... A administração das chefias.

E: Importante. E a última pergunta da nossa entrevista. O que o senhor observa de melhorias necessárias para o aprimoramento da contabilidade pública?

Para haver mais melhorias, você quer dizer?

E: O que o senhor observa que pode ocorrer com... Não sei. Já foi dito sobre concurso público. Já foi falado sobre custos de aprimoramento. Capacitações. O que a gente está precisando... No DER em si, que você está fazendo a entrevista para... Direcionado ao DER. No DER em si, a gente está precisando de concurso público. Porque o DER é uma repartição velha. Nós temos muita... Os funcionários ativos estão acima de 60 anos, praticamente. Os ativos. Nós estamos precisando de concurso público para poder dar uma alavancada no DER. Entendeu? Precisamos também... E aprimorar especificamente o SEI.

E: Aprimorando o SEI. Que é o Sistema Eletrônico de Informação.

De Informação e Acompanhamento de Processos. Justamente. Entendeu? É isso aí.

E:Doutor Ráilson, muito obrigado pela sua contribuição.